

No. 28008

—

**BRAZIL
and
BULGARIA**

**Agreement on maritime commercial navigation. Signed at
Sofia on 19 August 1982**

Authentic texts: Portuguese, Bulgarian and English.

Registered by Brazil on 28 March 1991.

—————

**BRÉSIL
et
BULGARIE**

**Accord relatif à la navigation maritime commerciale. Signé à
Sofia le 19 août 1982**

Textes authentiques : portugais, bulgare et anglais.

Enregistré par le Brésil le 28 mars 1991.

[PORTUGUESE TEXT — TEXTE PORTUGAIS]

ACORDO SOBRE NAVEGAÇÃO MARÍTIMA COMERCIAL ENTRE
O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O
GOVERNO DA REPÚBLICA POPULAR DA BULGÁRIA

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República Popular da Bulgária,

DESEJOSOS de desenvolver a navegação marítima
comercial entre os dois países,

ACORDAM o seguinte:

ARTIGO I

A cooperação entre os dois países no campo da
navegação marítima comercial será baseada nos princípios de
igualdade de direitos, respeito à soberania nacional e
assistência e vantagem mútuas.

ARTIGO II

As Partes Contratantes prestarão assistência mútua
para o estabelecimento do mais amplo contacto entre seus
respectivos organismos responsáveis pelas atividades no setor de
transportes marítimos, de conformidade com o Artigo I do presente
Acordo.

ARTIGO III

O presente Acordo terá aplicação no território da República Federativa do Brasil e no território da República Popular da Bulgária.

ARTIGO IV

Para efeitos deste Acordo, a expressão "navio de uma Parte Contratante" significa "qualquer embarcação mercante, matriculada e navegando sob bandeira desse país, de acordo com a legislação nacional de cada uma das Partes Contratantes", exceto:

- a) navios de guerra;
- b) outros navios quando em serviço exclusivo das forças armadas;
- c) navios de pesquisa (hidrográfica, oceanográfica e científica);
- d) barcos de pesca;
- e) embarcações exercendo funções não comerciais (embarcações governamentais, navios-hospital, etc.).

ARTIGO V

1. Cada Parte Contratante prestará à outra todo o auxílio possível para o desenvolvimento da navegação marítima comercial entre os dois países e se absterá de tomar quaisquer medidas que possam vir a prejudicar o progresso normal da livre navegação internacional. Nesse sentido, as Partes Contratantes concordam em:

- a) encorajar a participação dos navios de bandeira brasileira e búlgara no transporte de mercadorias entre os portos dos dois países, conforme as disposições de contratos comerciais, e cooperar para a eliminação de eventuais obstáculos que possam prejudicar o desenvolvimento desse transporte;
- b) não criar obstáculos aos navios da outra Parte Contratante quando estiverem transportando mercadorias entre os portos desta e os de terceiros países.

2. O disposto no parágrafo 1. do presente Artigo não afeta o direito que têm os navios de terceira bandeira de participar do tráfego marítimo entre os portos das duas Partes Contratantes e os portos de terceiros países.

ARTIGO VI

1. Cada Parte Contratante concederá aos navios da outra Parte Contratante, em seus portos e águas territoriais, o mesmo tratamento que concede aos navios nacionais empregados em transporte internacional marítimo, no tocante a:

- entrada e saída das águas territoriais e dos portos;
- utilização dos portos para carga e descarga de mercadorias e para embarque e desembarque de passageiros;
- pagamento de taxas e utilização de serviços relacionados com a navegação comercial marítima e as operações comerciais costumeiras dela decorrentes.

2. As disposições contidas no parágrafo 1. do presente Artigo não se aplicarão:

- às atividades que, de acordo com a legislação de cada Parte Contratante, sejam reservadas às suas próprias empresas, companhias e organizações, tais como o comércio costeiro, cabotagem, operações de salvamento, reboque e outros serviços portuários;
- aos regulamentos referentes à admissão e estada de cidadãos estrangeiros no território de cada uma das Partes Contratantes;
- aos regulamentos de prática obrigatória para navios estrangeiros;
- aos portos não abertos a navios estrangeiros.

ARTIGO VII

As Partes Contratantes tomarão, nos limites de sua legislação e regulamentos portuários, todas as medidas necessárias para facilitar e encorajar os transportes marítimos, para impedir demoras desnecessárias dos navios de suas bandeiras nacionais em seus portos e para acelerar e simplificar, tanto quanto possível, o atendimento de formalidades alfandegárias e outras em vigor nos respectivos portos.

ARTIGO VIII

1. Os certificados de nacionalidade e arqueação de navios, bem como outros documentos de bordo, expedidos ou reconhecidos pelas autoridades competentes de uma das Partes Contratantes, serão reconhecidos pelas autoridades correspondentes da outra Parte Contratante.

2. Os navios de cada Parte Contratante, providos de certificado de arqueação expedido de acordo com as normas vigentes e reconhecido como válido de acordo com o parágrafo 1. deste Artigo, serão dispensados de nova medição nos portos da outra Parte Contratante.

3. O cálculo e o pagamento de tarifas portuárias serão efetuados com base nos certificados de arqueação dos navios mencionados no parágrafo 1. do presente Artigo, observando-se os regulamentos locais e em condições idênticas às vigentes para os navios da Parte receptora.

ARTIGO IX

1. A expressão "membro da tripulação" refere-se a: "qualquer pessoa a bordo do navio durante a viagem, que desempenhe funções ligadas à exploração ou manutenção do mesmo, e seja incluída no rol de equipagem".

2. As Partes Contratantes reconhecerão os documentos de identidade dos membros da tripulação, expedidos ou reconhecidos pelas respectivas autoridades competentes. Os referidos documentos de identidade são:

- para os tripulantes da República Federativa do Brasil: a "Caderneta de Inscrição e Registro ;
- para os tripulantes da República Popular da Bulgária: a "Caderneta de Tripulante".

3. As Partes Contratantes concordam em cumprir o disposto na Convenção n. 108 da Organização Internacional do Trabalho no que concerne ao reconhecimento dos documentos de identidade e de nacionalidade dos tripulantes, para efeito de entrada e estada dos mesmos em seus respectivos territórios.

ARTIGO X

1. Os portadores de documento de identidade, de acordo com o Artigo IX do presente Acordo, e os tripulantes de

navio da Parte Contratante que tenha expedido tais documentos, poderão descer à terra sem visto e permanecer na cidade em que o porto se situa, durante o tempo em que o navio estiver atracado, desde que estejam incluídos na lista de tripulantes constantes do Rol de Equipagem submetido pelo Capitão às autoridades portuárias.

2. Desde sua descida à terra, até o retorno ao navio, os tripulantes deverão obedecer aos regulamentos vigentes no país que visitam.

ARTIGO XI

1. Os portadores de documento de identidade conforme o Artigo IX do presente Acordo terão o direito, independentemente do meio de transporte que utilizarem, de entrar no território da outra Parte Contratante ou atravessá-lo com o objetivo de retornar ao navio, de ser transferidos para outra embarcação, ou viajar por qualquer outro motivo previamente aprovado pelas autoridades competentes da Parte receptora.

2. Em todos os casos mencionados no parágrafo 1. deste Artigo, os documentos de identidade deverão incluir visto de entrada no país por cujo território seus portadores passarão. O visto em questão será expedido pelas autoridades competentes do país receptor dentro do menor tempo possível.

3. Quando um tripulante de uma das Partes Contratantes, portador de documento de identidade conforme o Artigo IX deste Acordo, desembarcar em porto da outra Parte Contratante por motivo de doença ou por outras razões reconhecidas como aceitáveis e válidas pelas autoridades competentes no referido porto, estas deverão expedir, dentro do menor tempo possível, a permissão necessária para que o tripulante em questão possa permanecer em seu território durante o período de hospitalização ou possa retornar ao país de origem, utilizando qualquer meio de transporte, ou dirigir-se a outro porto para embarcar em outro navio.

ARTIGO XII

Cada Parte Contratante prestará assistência médica à tripulação dos navios da outra Parte Contratante, de acordo com sua legislação.

ARTIGO XIII

Não obstante as disposições dos Artigos IX, X, XI e XII deste Acordo, serão aplicáveis os regulamentos válidos no território de cada Parte Contratante a respeito da entrada, permanência e saída de estrangeiros.

ARTIGO XIV

1. Se um navio de uma das Partes Contratantes encalhar, der à praia ou sofrer qualquer outro acidente na costa da outra Parte Contratante, este navio e sua carga gozarão da mesma proteção garantida às embarcações nacionais e sua carga. Ao comandante, à tripulação e aos passageiros a bordo do navio que sofreu avaria serão dispensadas, em qualquer tempo, a mesma assistência, ajuda e proteção que seriam asseguradas aos nacionais do país em cujas águas territoriais ocorreu o acidente. Nenhuma provisão do presente Artigo impedirá a formulação de quaisquer reivindicações concernentes à ajuda e assistência prestadas ao navio que sofreu avaria, à sua tripulação, passageiros, carga e propriedades.

2. O navio que tenha sofrido acidente, suas propriedades e carga a bordo, não estarão sujeitos a cobrança de direitos aduaneiros, impostos ou outros gravames de qualquer natureza que incidam usualmente sobre as importações, desde que os mesmos não sejam destinados ao uso ou consumo no território da outra Parte Contratante onde ocorreu o acidente.

3. Nenhuma disposição do parágrafo 2. do presente Artigo poderá ser interpretada como eliminando a observação e a aplicação das leis e dos regulamentos em vigor nos territórios

das Partes Contratantes com respeito à armazenagem temporária de mercadorias.

ARTIGO XV

As Partes Contratantes concederão uma à outra, sempre que necessário, através das respectivas companhias de navegação e organizações marítimas, o direito de estabelecimento, em seu território, de agência para tratar dos respectivos interesses comerciais marítimos, observando-se a legislação do país receptor.

ARTIGO XVI

1. As rendas e lucros auferidos, como resultado das atividades de transporte marítimo pelos navios e companhias de navegação de uma das Partes Contratantes no território da outra, estarão isentos de impostos sobre a renda e o lucro no território dessa outra Parte.

2. As Partes Contratantes tomarão as medidas necessárias para a rápida liquidação e transferência das importâncias resultantes do pagamento de fretes aos armadores autorizados.

ARTIGO XVII

1. As Partes Contratantes concordam em cooperar para a solução amigável de eventuais disputas que possam surgir entre as respectivas pessoas físicas e jurídicas a respeito da navegação marítima comercial. Caso tal não seja possível, as disputas serão resolvidas por arbitragem, desde que as Partes assim convenham. A solução de disputas por arbitragem dispensará a jurisdição dos tribunais.

2. As Partes Contratantes garantirão o cumprimento da sentença arbitral, desde que:

- a) a sentença esteja em vigor de acordo com a legislação do país onde foi pronunciada;
- b) a sentença não contradiga a ordem pública do acusado.

A sentença arbitral será cumprida de acordo com a legislação do acusado.

ARTIGO XVIII

1. As autoridades competentes de cada uma das Partes Contratantes não levarão em consideração as diferenças e disputas que possam surgir a bordo ou em porto de seu território, entre o armador, o Capitão, os oficiais e os tripulantes a respeito de salários, objetos de uso pessoal e, em geral, trabalho a bordo de navio de bandeira da outra Parte Contratante.

2. As autoridades competentes de uma das Partes Contratantes não intervirão a bordo de navio de bandeira da outra Parte Contratante quando em portos de seu território, exceto:

- a) a pedido da Autoridade Consular, ou com autorização desta;
- b) quando houver ameaça à segurança ou à ordem pública na costa ou no porto;
- c) quando pessoas alheias à tripulação estiverem envolvidas.

3. As disposições do presente Artigo não afetam os direitos das autoridades locais quanto à aplicação das leis e regulamentos aduaneiros, ao zelo pela saúde pública e outras medidas de controle e prevenção atinentes à segurança dos navios e portos, à salvaguarda da vida humana no mar, à segurança das mercadorias e à admissão de estrangeiros em seu território.

ARTIGO XIX

1. Em espírito de estreita cooperação, as Partes Contratantes consultar-se-ão periodicamente com vistas a:

- a) discutir e aperfeiçoar as condições de aplicação do presente Acordo;
- b) estudar problemas específicos que, a seu ver, requeram atenção imediata;
- c) sugerir e coordenar eventuais emendas ao presente Acordo.

2. As Partes Contratantes terão o direito de propor reuniões de consulta entre as autoridades marítimas competentes dos dois países. As referidas reuniões de consulta serão realizadas dentro de não mais de 60 (sessenta) dias a partir da data de sua proposta.

3. Para os efeitos do presente Artigo, as autoridades marítimas competentes são:

- na República Federativa do Brasil
Superintendência Nacional da Marinha Mercante (SUNAMAM);
- na República Popular da Bulgária - o Ministério dos Transportes.

4. Se, por alteração da legislação de alguma das Partes Contratantes, for modificada a competência da autoridade marítima, mencionada no parágrafo 3. do presente Artigo, a designação de nova autoridade será comunicada à outra Parte Contratante, por via diplomática.

ARTIGO XX

1. Cada uma das Partes Contratantes notificará a outra do cumprimento das respectivas formalidades constitucionais

necessárias à aprovação do presente Acordo, o qual entrará em vigor na data do recebimento da segunda dessas notificações.

2. As alterações ao presente Acordo entrarão em vigor na forma indicada pelo parágrafo 1. do presente Artigo.

3. O presente Acordo permanecerá em vigor por período ilimitado, a menos que uma das Partes Contratantes o denuncie, por via diplomática. A denúncia surtirá efeito seis meses após a data de recebimento da respectiva notificação.

Feito em *Sofia*, aos *19* dias do mês de *agosto* de 1982, em dois - originais, nos idiomas português, búlgaro e inglês, sendo todos os textos igualmente autênticos. Em caso de divergência de interpretação, prevalecerá o texto em inglês.

Pelo Governo
da República Federativa do Brasil:

[Signed — Signé]

CARLOS ALBERTO PEREIRA PINTO

Pelo Governo
da República popular da Bulgária:

[Signed — Signé]

NIKOLAI YUCHEV

[BULGARIAN TEXT — TEXTE BULGARE]

**СПОГОДБА ЗА МОРСКО ТЪРГОВСКО КОРАБОПЛАВАНЕ МЕЖДУ
ПРАВИТЕЛСТВОТО НА ФЕДЕРАТИВНА РЕПУБЛИКА БРА-
ЗИЛИЯ И ПРАВИТЕЛСТВОТО НА НАРОДНА РЕПУБЛИКА
БЪЛГАРИЯ**

Правителството на Федеративна Република Бразилия

и

Правителството на Народна Република България,

ЖЕЛАЕЙКИ да развият морското търговско корабоплава-
не между двете страни,

СЕ СПОРАЗУМЯХА както следва:

ЧЛЕН I

Сътрудничеството между двете страни в областта на морско-
то търговско корабоплаване се базира на принципите на равноправието,
уважението на националния суверенитет, взаимната изгода и взаимно-
помощта.

ЧЛЕН II

В съответствие с Член I на тази Спогодба, двете Договаря-
щи се страни си оказват една на друга пълното възможно съдействие за
установяване на взаимни и многостранни контакти между техните органи-
зации и служби, отговорни за дейността на морския транспорт.

ЧЛЕН III

Тази Спогодба се прилага на територията на Федеративна република Бразилия и на територията на Народна република България.

ЧЛЕН IV

Терминът "кораб на Договаряща се страна" означава: "всеки търговски кораб, вписан в Корабия регистър и плаващ под знамето на тази страна съгласно националното законодателство на всяка Договаряща се страна", изключвайки:

- а/ военните кораби;
- б/ други кораби, изпълняващи задачи във въоръжените сили;
- в/ изследователските кораби /хидрографски, океанографски и научни;
- г/ риболовните кораби;
- д/ корабите, изпълняващи задачи с нетърговски характер /правителствени яхти, болнични кораби и др./

ЧЛЕН V

1. Договарящите се страни ще си окажат една на друга всякаква възможна помощ за развитието на морското търговско корабоплаване между техните страни и ще се въздържат от вземане на каквото и да са мерки, които биха възпрепятствували нормалното развитие на свободното международно корабоплаване. За тази цел Договарящите се страни се спазумяват:

- а/ да насърчават бразилските и българските кораби да участвуват в превозите на стоки между пристанищата на двете страни, съгласно разпоредбите на търговските договори и да си сътрудничат

за отстраняване на евентуални пречки, които биха навредили на развитието на тези превози;

б/ да не създават пречки за корабите, плаващи под знамето на другата Договаряща се страна при превозването на стоки между нейните пристанища и пристанищата на трети страни.

2. Разпоредбите на параграф 1 на този Член не засягат правото на корабите, плаващи под знамето на трети страни, да участвуват в морските превози между пристанищата на двете Договарящи се страни и пристанищата на трети страни.

ЧЛЕН VI

1. Всяка Договаряща се страна предоставя съдия режим на корабите на другата Договаряща се страна, когато те се намират в нейните териториални води и морски пристанища, както на своите национални кораби, използвани в международните морски превози, по отношение на:

- влизането в и напускането на териториалните води и пристанища;
- използването на пристанищата за товарене и разтоварване на стоки, качване и слизване на лътници;
- плащането на различни такси и използването на услуги, свързани с морското търговско корабоплаване, както и произтичащите от него обичайни търговски операции.

2. Разпоредбите на параграф 1 на този Член не се прилагат за:

а/ дейностите, които съгласно вътрешното законодателство на всяка Договаряща се страна, са запазени за нейните собствени предприятия, компании и организации, като: крайбрежна търговия, каботаж, спасителни операции, влачене и други пристанищни услуги;

б/ правилата относно допускането и престоя на чужденци на територията на всяка от Договарящите се страни;

в/ правилата, регламентиращи задължителния пилотаж за чуждестранните кораби;

г/ пристанищата, закрити за чуждестранните кораби.

ЧЛЕН VII

Договарящите се страни, в рамките на тяхното законодателство и пристанищни правила, вземат всички необходими мерки за облекчаване и насърчаване на морските превози, за избягване на ненужното забавяне в техните пристанища на корабите, плаващи под тяхно знаме, а също и за ускоряване и опростяване, доколкото е възможно, на митническите и други формалности, които са в сила в техните пристанища.

ЧЛЕН VIII

1. Свидетелствата за националност и мерителните свидетелства, а така също и другите корабни документи, издадени или признати от компетентните органи на едната от Договарящите се страни, се признават от съответните органи на другата Договаряща се страна.

2. Корабите на всяка Договаряща се страна, снабдени с мерителни свидетелства, издадени съгласно установените правила и признати за валидни в съответствие с параграф 1 на този Член, се освобождават от всякакво друго измерване в пристанищата на другата Договаряща се страна.

3. Изчисляването и плащането на пристанищни такси се извършва въз основа на мерителните свидетелства на корабите, посочени в параграф 1 на този Член, при спазване на местните правила и при

условия, идентични с условията, които са в сила за корабите на приемната Страна.

ЧЛЕН IX

1. Терминът "член на екипажа" означава: "всяко лице на борда на кораба по време на пътуването, изпълняващо задачи, свързани с експлоатацията или поддържането на кораба и вписано в екипажния списък".

2. Договарящите се страни признават документите за самоличност на членовете на екипажа, издадени или признати от техните компетентни органи. Посочените документи за самоличност са:

- за членовете на екипажа на кораб на Федеративна република Бразилия – регистрова моряшка книжка;
- за членовете на екипажа на кораб на Народна република България – моряшки паспорт.

3. Договарящите се страни се споразумяват да съблюдават разпоредбите на Коицеция № 108 на Международната Организация на Труда относно признаването на документите за самоличност и националност на членовете на екипажите при тяхното влизане и престой на съответните територии.

ЧЛЕН X

Лицата, притежаващи документи за самоличност в съответствие с Член IX на тази Спогодба и членовете на екипажа на кораб на Договаряща се страна, издадала тези документи, имат право да слизат на брега без виза и да пребивават в пристанищния град по време на престоя на кораба в същото пристанище, при условие, че същите лица са вписани в корабния екипажен списък и в списъка на екипажа, връчен от капитана на пристанищните органи.

От слизането им на брега до завръщането им на борда на кораба, членовете на екипажа трябва да спазват установените правила.

ЧЛЕН XI

1. Лицата, притежаващи документ за самоличност съгласно Член IX на тази Спогодба, имат право, независимо от вида на използваното транспортно средство, да навлизат в територията на другата Договаряща се страна, или да я пресичат с цел да се завърнат на кораба си, да се прехвърлят на борда на друг кораб или пътуват с каквато и да е друга цел, одобрена предварително от компетентните органи на приемащата Страна.

2. Във всички случаи, посочени в параграф 1 на този Член, документите за самоличност трябва да имат виза на страната, през територията на която тези лица трябва да преминат.

Такава виза ще се издава от компетентните органи на приемащата Страна във възможния най-кратък срок.

3. Когато член на екипажа на една Договаряща се страна, притежаващ документ за самоличност съгласно Член IX на тази Спогодба, олезе в пристанище на другата Договаряща се страна поради болест или други причини, признати за приемливи и валидни от компетентните власти в даденото пристанище, последните ще издадат във възможния най-кратък срок необходимото разрешение, за да може заинтересованото лице да престой на тяхната територия в случай на лечение в болница или да се завърне в страната на произхода си, независимо от вида на използваното транспортно средство или да се придвижи до друго пристанище, за да се качи на друг кораб.

ЧЛЕН XII

Всяка Договаряща се страна оказва необходимата медицинска помощ на членовете на екипажа на корабите на другата Договаряща се страна въз основа на нейното законодателство.

ЧЛЕН XIII

Независимо от разпоредбите на членовете IX, X, XI и XII на тази Спогодба, националните правила, действащи на територията на всяка Договаряща се страна и регулиращи влизането, престоя и напускането на чужденците, се прилагат.

ЧЛЕН XIV

1. Ако кораб на едната Договаряща се страна заседне, бъде изхвърлен на брега или претърпи каквото и да е друго бедствие до брега на другата Договаряща се страна, то този кораб и неговият товар ще получат същата закрила, каквато се оказва на националните кораби на последната Договаряща се страна и на техния товар.

На капитана, екипажа и пътниците на борда на кораб, получил повреда, ще бъдат оказани по всяко време същото съдействие, помощ и закрила, каквито се оказват на гражданите на страната, в чийто териториални води е станала повреда.

Никоя разпоредба на този Член не оедетява правото за повдигане на каквито и да било искове във връзка с помощ и съдействие, оказани на кораб, претърпял повреда, неговия екипаж, пътници, товар и имущество.

2. Корабът, претърпял повреда, неговото имущество и товар на борда, не ще бъдат облагани с мито и други такси от всякакъв вид, каквито обикновено се прилагат по отношение на вносните стоки, освен ако същите са предназначени за използване и потребление на територията на Договарящата се страна, където е станал инцидентът.

3. Някоя разпоредба на параграф 2 на този Член не бива да се тълкува, че премахва задължението за спазване и прилагане на законите и правилата, действащи на териториите на Договарящите се страни, относно временното складиране на стоки.

ЧЛЕН XV

Договарящите се страни си предоставят една на друга, когато е необходимо, чрез техните съответни корабоплавателни компании и морски организации и при спазване на законодателството на приемащата страна, правото за учредяване на техните територии на представителство за защита на съответните техни морски търговски интереси.

ЧЛЕН XVI

1. Приходите и печалбите, реализирани от корабоплавателните компании и корабите на едната от Договарящите се страни на територията на другата Договаряща се страна в резултат на морски транспортни операции, ще бъдат освободени от данъци върху приходите и печалбите и други такси.

2. Договарящите се страни ще вземат необходимите мерки за бързо уреждане на дълговете и превод на суми, произтичащи от плащането на навлото на упълномощените корабособственици.

ЧЛЕН XVII

1. Договарящите се страни се споразумяват да съдействуват за приятелско уреждане на всички възможни спорове, които могат да възникнат между техни физически и юридически лица във връзка с морското търговско корабоплаване.

В случаите, когато това е невъзможно, споровете трябва да се предават на арбитраж, за който Страните предварително са се споразумели по надлежния ред. Споразумението споровете да се предават на арбитраж елиминира юрисдикцията на съдилищата.

2. Договарящите се страни гарантират изпълнението на решението на компетентния арбитраж, при условие, че:

- решението е влязло в сила съгласно законодателството на страната, където то е било обявено;
- решението не противоречи на обществения ред на виновната страна.

Изпълнението на арбитражните решения се осъществява в съответствие със законодателството на виновната страна.

ЧЛЕН XVIII

1. Компетентните органи на едната от Договарящите се страни не ще разглеждат разногласията и споровете, възникнали на море или в пристанище на тази Страна между корабособственика, капитана, командния състав и другите членове на екипажа във връзка със заплатите, личните вещи и като цяло – работата на борда на кораб, плаващ под знамето на другата Договаряща се страна.

2. Компетентните органи на едната от Договарящите се страни не ще се намесват на борда на кораб, плаващ под знамето на

другата Договаряща се страна, когато последният се намира в тяхно пристанище, освен

а/ по молба на консулския служител на първата Страна или с негово съгласие;

б/ когато споровете или техните последици заплашват да нарушат обществения ред на брега или в пристанището или засягат обществената безопасност;

в/ когато са замесени и лица, които не са членове на екипажа.

3. Разпоредбите на този Член не засягат правата на местните органи във връзка с прилагането на законите и митническите правила, грижите за общественото здравеопазване и другите контролни и предпазни мерки, свързани с безопасността на корабите и пристанищата, закрилата на човешкия живот на море и безопасността на стоките и допускането на чужденци на тяхната територия.

ЧЛЕН XIX

1. В дух на тясно сътрудничество Договарящите се страни ще се консултират периодично с цел:

а/ да се обсъждат и подобряват условията за прилагането на тази Спогодба;

б/ да изучат специфичните въпроси, които по тяхно мнение изискват незабавно внимание;

в/ да предлагат и съгласуват евентуални изменения на тази Спогодба.

2. Договарящите се страни имат право да предлагат провеждане на консултации между компетентните морски органи на двете страни. Тези консултации ще заночнат не по-късно от 60 /шестдесет/ дни след датата на съответното предложение.

3. За целите на тази Спогодба, компетентни морски органи са:

- във Федеративна република Бразилия – Главната Дирекция на Морския Флот /СУНАМАМ/;
- в Народна република България – Министерството на транспорта.

4. Ако, чрез промяна в законодателството на едната от Договарящите се страни, компетентността на морските органи, посочени в параграф 3 на този Член бъде променена, определеният нов орган ще бъде съобщен на другата Договаряща се страна по дипломатически път.

ЧЛЕН XX

1. Всяка от Договарящите се страни ще уведоми другата за изпълнението на съответните конституционни изисквания, необходими за утвърждаването на тази Спогодба, която ще влезе в сила на датата на получаването на второто от споменатите уведомления.

2. Всяко изменение на тази Спогодба, взаимно съгласувано между Договарящите се страни, ще влиза в сила по начина, посочен в параграф 1 на тази Спогодба.

3. Тази Спогодба ще остане в сила за неопределен период от време, докато едната от Договарящите се страни я денонсира по дипломатически път. Денонсацията влиза в сила 6 /шест/ месеца след датата на получаване на съответното уведомление.

Подписана в София на **19.08** 1982 година, в два оригинални екземпляра на португалски, български и английски език, като всички текстове са равноавтентични. В случай на различие в тълкуването, английският текот е меродавен.

За Правителството
на Федеративна Република Бразилия:

[Signed — Signé]

CARLOS ALBERTO PEREIRA PINTO

За Правителството
на Народна Република България:

[Signed — Signé]

NIKOLAI YOUSHEV

AGREEMENT¹ ON MARITIME COMMERCIAL NAVIGATION BETWEEN THE GOVERNMENT OF THE FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL AND THE GOVERNMENT OF THE PEOPLE'S REPUBLIC OF BULGARIA

The Government of the Federative Republic of Brazil

and

The Government of the People's Republic of Bulgaria,

DESIRING to develop maritime commercial navigation between the two countries,

AGREE as follows:

ARTICLE I

The cooperation between the two countries in the field of maritime commercial navigation shall be based on the principles of equal rights, respect for the national sovereignty and mutual advantage and assistance.

ARTICLE II

In accordance with Article I of this Agreement, the two Contracting Parties shall render each other fullest possible assistance for the establishment of mutual and many-sided

¹ Came into force on 7 June 1984, i.e., the date of receipt of the last of the notifications by which the Contracting Parties informed each other of the completion of the necessary constitutional requirements, in accordance with article XX (1).

contacts between their organizations and offices responsible for maritime transport activities.

ARTICLE III

The present Agreement shall be applied on the territory of the Federative Republic of Brazil, and on the territory of the People's Republic of Bulgaria.

ARTICLE IV

The term "vessel of a Contracting Party" shall mean: "any merchant vessel, entered into the Ship Register and sailing under the flag of this country according to the national legislation of each Contracting Party", excluding:

- a) war ships;
- b) other vessels, performing services in the armed forces;
- c) research vessels (hydrographic, oceanographic and scientific);
- d) fishing vessels;
- e) vessels performing functions of non-merchant character (governmental yachts, hospital ships, etc.).

ARTICLE V

1. The Contracting Parties shall render each other every possible help for the development of maritime commercial

navigation between their countries and shall refrain themselves from taking any measure that might harm the normal progress of the free international navigation. For that purpose the Contracting Parties agree:

- a) to encourage the Brazilian and Bulgarian sea vessels to participate in the transportation of goods between the ports of the two countries, according to the provisions of trade contracts, and to cooperate in eliminating the eventual obstacles that might hinder the development of this transportation;
- b) not to create obstacles for the vessels sailing under the flag of the other Contracting Party in carrying goods between its ports and ports of third countries.

2. The provisions of paragraph 1. of this Article do no concern the right of the vessels sailing under the flag of third countries to participate in the sea traffic between the ports of the two Contracting Parties and the ports of third countries.

ARTICLE VI

1. Each Contracting Party shall give the same treatment to the vessel of the other Contracting Party when in its territorial waters and sea ports, as to its national vessels used in international sea transportation, as regards to:

- entering and leaving of the territorial waters and ports;
- using the ports for loading and unloading of goods, embarkation and disembarkation of passengers;

- paying of different taxes and using of services connected with maritime commercial navigation, as well as to the related customary commercial operations.

2. The provisions of paragraph 1 of this Article shall not apply to:

- a) the activities which are, according to the home legislation of each Contracting Party, reserved for its own enterprises, companies and organizations, such as sea coast trade, cabotage, rescuing operations, towing and other port services;
- b) the regulations regarding the admission and stay of foreigners on the territory of each of the Contracting Parties;
- c) the regulations concerning the obligatory pilotage of foreign vessels;
- d) ports not open to foreign vessels.

ARTICLE VII

The Contracting Parties shall, within the framework of their legislation and port regulations, take all necessary measures for facilitating and encouraging the sea transportation, for avoiding the unnecessary delay in their ports of the vessels sailing under their flag, as well as for accelerating and simplifying, as far as possible, the customs and other formalities in force in their ports.

ARTICLE VIII

1. The nationality and measuring certificates, as well as other ship documents, issued or recognized by the competent authorities of one of the Contracting Parties, shall be recognized by the corresponding authorities of the other Contracting Party.

2. The vessels of each Contracting Party provided with measuring certificates, issued according to the established rules, and recognized as valid in accordance with paragraph 1 of this Article, shall be relieved from any other measuring in the ports of the other Contracting Party.

3. The calculation and the payment of port taxes shall be effected on the basis of the measuring certificates of the vessels mentioned in paragraph 1 of the present Article, observing the local regulations, and under conditions identical to those in force for the vessels of the receiving Party.

ARTICLE IX

1. The term "member of the crew" shall mean: "any person on board of the vessel during the time of travel, performing functions connected with the exploitation or maintenance of the vessel, and entered into the crew list".

2. The Contracting Parties shall recognize the identity documents of the members of the crew, issued or recognized by their competent authorities. The identity documents referred to shall be:

- for the crew members of the vessels of the Federative Republic of Brazil: "Caderneta de Inscrição e Registro";

- for the crew members of the vessel of the People's Republic of Bulgaria: "Seaman's Book".

3. The Contracting Parties agree to comply with the provisions of Convention n. 108 of the International Labour Organization¹ concerning the recognition of identity and nationality documents of the crew members for their entry and stay in their respective territories.

ARTICLE X

The persons possessing identity documents in accordance with Article IX of this Agreement, and members of the crew of a vessel of a Contracting Party that has issued these documents, are entitled to land without visa and stay in the port town during the vessel's stay in the same port, provided the same persons are entered into the ship's crew list and into the crew list, submitted by the Captain to the port authorities. From their landing to their return on board the vessel, the members of the crew must comply with the established regulations.

ARTICLE XI

1. The persons possessing an identity document according to Article IX of this Agreement shall have the right, regardless of the kind of the vehicle employed, to enter the territory of the other Contracting Party, or cross it with a view to return to their vessel, to be transferred on board another vessel, or travel with any other purpose approved beforehand by the competent authorities of the receiving Party.

2. In all cases mentioned in paragraph 1 of this Article, the identity documents must have a visa of the country through the territory of which the possessors are going to pass.

¹ United Nations, *Treaty Series*, vol. 389, p. 277.

Such a visa shall be issued by the competent authorities of the receiving country within the shortest possible period.

3. When a member of the crew of one of the Contracting Parties, possessing an identity document according to Article IX of this Agreement, disembarks in the port of the other Contracting Party due to illness or other reasons, recognized as acceptable and valid by the competent authorities in the given port, the latter shall issue within the shortest period possible the necessary permissions, which will enable the person concerned to stay in their territory in case of his hospitalization, or to return to the country of his origin, regardless of the kind of the vehicle employed, or to move to another port to get on board another vessel.

ARTICLE XII

Each Contracting Party shall render the necessary medical help to the members of the crew of the vessels of the other Contracting Party on the basis of its legislation.

ARTICLE XIII

Irrespective of the provisions of Article IX, X, XI and XII of this Agreement, the national rules, valid on the territory of each Contracting Party regulating the entry, stay and exit of foreigners, shall be applicable.

ARTICLE XIV

1. If a vessel of one Contracting Party run aground, is cast ashore or suffers any other accident off the coast of the other Contracting Party, that vessel and its cargo shall receive the same protection that is granted to the national vessels and

their cargo. The Captain, the crew and the passengers on board the vessel that has suffered damage shall be granted at any time the same assistance, help and protection accorded to the nationals of the country in which territorial waters the damage has occurred. No provision of the present Article shall hinder the bringing of whatever claims in connection with the help and assistance rendered to a vessel that has undergone damage, its crew, passengers, cargo and property.

2. The vessel that has suffered damage, its property and the cargo on board shall not be subject to customs duties, charges and other taxes of any kind, that are usually applied to the imported goods, unless the same are intended for use and consumption on the territory of the Contracting Party, where the accident has occurred.

3. No provision of paragraph 2 of this Article must be interpreted as eliminating the observation and application of the laws and rules in force on the territories of the Contracting Parties concerning the temporary storage of goods.

ARTICLE XV

The Contracting Parties shall grant each other, whenever necessary, through their respective shipping companies and maritime organizations, observing the legislation of the receiving country, the right to establish, in their territories, an agency to attend to their respective maritime commercial interests.

ARTICLE XVI

1. The income and profits realized by the shipping companies and vessels of one of the Contracting Parties on the territory of the other Contracting Party as a result of maritime

transport activities shall be exempted from income and profit taxes and charges.

2. The Contracting Parties shall take the necessary measures for the purpose of fast settlement of debts and transference of amounts resulting from freight payments to the entitled shipowners.

ARTICLE XVII

1. The Contracting Parties agree to cooperate in the friendly settlement of all eventual disputes that might arise between their individuals and legal persons in connection with maritime commercial navigation. In cases when this is impossible, the disputes shall be referred for an arbitration, the Parties having beforehand duly agreed. The agreement concerning the disputes to be referred for an arbitration eliminates the law court's jurisdiction.

2. The Contracting Parties shall guarantee the implementation of the competent arbitration award, provided:

- the award has come into effect according to the legislation of the country where it has been pronounced;
- the award does not contradict the public order of the defendant.

The implementation of the arbitration awards shall be done according to the legislation of the defendant.

ARTICLE XVIII

1. The competent authorities of one of the Contracting Parties shall not consider the differences and disputes arising at sea or in a port of the latter between the shipowner, the Captain, the officers and the other members of the crew concerning the salaries, personal belongings, and, in general, the work on board the vessel sailing under the flag of the other Contracting Party.

2. The competent authorities of one of the Contracting Parties shall not intervene aboard the vessel sailing under the flag of the other Contracting Party when staying at their ports, except:

a) at the request of the Consular official or having his consent;

b) when the disputes or their consequences threaten to disturb the public order on the coast or in the port, or affect the public security;

c) when persons alien to the crew are involved.

3. The provisions of the present Article do not concern the rights of the local authorities as regards the implementation of the laws and customs rules, the care of public health and other control and preventive measures, related to the security of vessels and ports, protection of human life at sea, security of goods, and the admission of foreigners in their territory.

ARTICLE XIX

1. In the spirit of close cooperation the Contracting Parties shall consult each other periodically in order to:

- a) discuss and improve conditions for the implementation of this Agreement;
- b) study specific problems which, in their opinion, require immediate attention;
- c) offer and coordinate eventual amendments to this Agreement.

2. The Contracting Parties shall have the right to suggest the holding of consultations between the competent sea authorities of both countries. Those consultations shall begin not later than 60 (sixty) days as from the date of the pertinent proposal.

3. For the purposes of this Article, the competent sea authorities are:

- in the Federative Republic of Brazil - the National Superintendency for the Merchant Marine - SUNAMAM;
- in the People's Republic of Bulgaria - the Ministry of Transports.

4. If, by any alteration in the legislation of any of the Contracting Parties, the competence of the maritime authorities mentioned in paragraph 3 of this Article is changed, the designation of the new authority shall be communicated to the other Contracting Party through diplomatic channels.

ARTICLE XX

1. Each of the Contracting Parties shall notify the other on the fulfilment of the respective constitutional requirements necessary for the approval of the present Agreement, which shall enter into force on the date of receipt of the second of said notifications.

2. Any amendment to the present Agreement, shall come into force in the form indicated in paragraph 1 of the present Article.

3. This Agreement shall remain in force for an unlimited period of time, unless one of the Contracting Parties denounces it through diplomatic channels. The denunciation shall be effective 6 (six) months after the date of receipt of the respective notification.

Done in Sofia, on the *19th* day of *August*, 1982, in two originals, in the Portuguese, Bulgarian and English languages, all texts being equally authentic. In case of divergence of interpretation, the English text shall prevail.

For the Government
of the Federative Republic of Brazil:

[Signed]

CARLOS ALBERTO PEREIRA PINTO

For the Government
of the People's Republic of Bulgaria:

[Signed]

NIKOLAI YOCHEV

[TRADUCTION — TRANSLATION]

ACCORD¹ RELATIF À LA NAVIGATION MARITIME COMMERCIALE ENTRE LE GOUVERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE FÉDÉRATIVE DU BRÉSIL ET LE GOUVERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE POPULAIRE DE BULGARIE

Le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et
Le Gouvernement de la République populaire de Bulgarie,
Désireux de développer la navigation maritime commerciale entre les deux
pays,

Sont convenus de ce qui suit :

Article premier

La coopération entre les deux pays dans le domaine de la navigation maritime commerciale s'appuiera sur les principes de l'égalité des droits, du respect de la souveraineté nationale ainsi que de d'assistance et de l'avantage mutuels.

Article II

Les Parties contractantes se prêteront mutuellement assistance pour l'établissement de contacts plus nombreux entre leurs organismes responsables des activités de transport maritime, conformément à l'article premier du présent Accord.

Article III

Le présent Accord s'appliquera au territoire de la République fédérative du Brésil et au territoire de la République populaire de Bulgarie.

Article IV

Aux fins du présent Accord, l'expression « navire d'une Partie contractante » s'entend de « tout navire marchand, immatriculé dans ce pays et naviguant sous son pavillon, conformément à la législation nationale de chacune des Parties contractantes », à l'exception :

- a) Des navires de guerre;
- b) Des autres navires à l'usage exclusif des forces armées;
- c) Des navires de recherches (hydrographiques, océanographiques et scientifiques);
- d) Des navires de pêche;
- e) Des navires à destination non commerciale (navires de l'administration, navires-hôpitaux, etc).

¹ Entré en vigueur le 7 juin 1984, date de réception de la dernière des notifications par lesquelles les Parties contractantes se sont informées de l'accomplissement des formalités constitutionnelles nécessaires, conformément au paragraphe 1 de l'article XX.

Article V

1. Chacune des Parties contractantes prêtera à l'autre toute l'aide possible en matière de navigation maritime commerciale entre les deux pays et s'abstiendra de prendre quelque mesure que ce soit qui risquerait de porter préjudice au développement normal de la libre navigation internationale. En ce sens, les Parties contractantes sont convenues :

a) D'encourager la participation des navires sous pavillons brésilien et bulgare au transport de marchandises entre les ports des deux pays, conformément aux clauses des contrats commerciaux, et de coopérer pour l'élimination d'éventuels obstacles qui pourraient porter préjudice au développement de ce transport;

b) De ne pas créer des obstacles à l'exploitation des navires de l'autre Partie contractante qui transportent des marchandises entre les ports de cette Partie et de pays tiers.

2. Les dispositions du paragraphe 1 du présent article ne préjudicient pas le droit qu'ont les navires de tiers pavillon, à participer au trafic maritime entre les ports des deux Parties contractantes et les ports de pays tiers.

Article VI

1. Chacune des Parties contractantes accordera aux navires de l'autre Partie contractante, dans ses ports et dans ses eaux territoriales, le traitement qu'elle accorde aux navires de son pavillon employés pour le transport maritime international en ce qui concerne :

- L'entrée dans ses eaux territoriales et dans ses ports, et la sortie de ces eaux et de ces ports;
- L'utilisation des ports pour l'embarquement et le débarquement de marchandises ainsi que pour l'embarquement et le débarquement de passagers;
- L'acquiescement des taxes et l'utilisation des services liés à la navigation maritime commerciale ainsi qu'aux opérations commerciales usuelles qui en découlent.

2. Les dispositions du paragraphe 1 du présent article ne s'appliqueront pas :

- Aux activités qui, conformément à la législation de chacune des Parties contractantes, restent réservées à ses propres entreprises, sociétés ou organisations, par exemple le commerce côtier, le cabotage, les opérations de sauvetage, le remorquage et les autres services portuaires;
- Aux règlements concernant l'admission et le séjour des citoyens étrangers sur le territoire de chacune des Parties contractantes;
- Aux règlements de pilotage obligatoire des navires étrangers;
- Aux ports non ouverts aux navires étrangers.

Article VII

Les Parties contractantes prendront, dans les limites de leur législation et de leurs règlements portuaires, toutes les mesures nécessaires pour faciliter et encourager les transports maritimes, pour empêcher les immobilisations sans nécessité des navires de leur pavillon national dans leurs ports, et pour accélérer et simplifier, dans la mesure du possible, l'accomplissement des formalités douanières et autres en vigueur dans leurs ports respectifs.

Article VIII

1. Les certificats de nationalité et de jauge des navires, de même que les autres documents de bord délivrés ou reconnus par les autorités compétentes de l'une des Parties contractantes, seront reconnus par les autorités compétentes de l'autre Partie contractante.

2. Les navires de chacune des Parties contractantes, munis des certificats de jauge établis conformément aux normes en vigueur et reconnus comme valides conformément au paragraphe 1 du présent article, seront dispensés de nouveaux contrôles de jauge dans les ports de l'autre Partie contractante.

3. Le calcul et l'acquittement des taxes portuaires s'effectueront sur la base des certificats de jauge des navires mentionnés au paragraphe 1 du présent article, conformément aux règlements locaux et dans des conditions identiques à celles applicables aux navires de la Partie d'escale.

Article IX

1. L'expression "membre de l'équipage" s'entend de "toute personne se trouvant à bord du navire durant sa traversée, qui y exerce des fonctions liées à l'exploitation du navire ou à son entretien et qui figure au rôle d'équipage du navire".

2. Les Parties contractantes reconnaîtront les pièces d'identité des membres d'équipage établies ou reconnues par les autorités compétentes de l'une ou de l'autre. Les pièces d'identité en question sont :

- En ce qui concerne les équipages de la République fédérative du Brésil, la Caderneta de Inscriçao et Registro (livret d'inscription maritime et d'immatriculation);
- Pour les équipages de la République populaire de Bulgarie, le "livret d'inscrit maritime".

3. Les Parties contractantes s'engagent conjointement à respecter les dispositions de la Convention n° 108 de l'Organisation internationale du Travail¹ en ce qui concerne la reconnaissance des pièces d'identité et de nationalité des membres d'équipage, aux effets de leur entrée et de leur séjour dans leurs territoires respectifs.

Article X

1. Les porteurs de pièces d'identité conformes à l'article IX du présent Accord, de même que les membres des équipages des navires de la Partie contractante qui a établi lesdites pièces, pourront descendre à terre sans visa et demeurer dans la ville où se situe le port durant l'escale du navire, dans la mesure où ils figurent dans le rôle d'équipage présenté par le capitaine aux autorités portuaires.

2. Après leur descente à terre et jusqu'à leur retour sur le navire, les membres des équipages devront obéir aux règlements en vigueur dans le pays où ils se trouvent.

Article XI

1. Les porteurs de pièces d'identité conformes à l'article IX du présent Accord auront le droit, indépendamment du moyen de transport qu'ils utiliseront, de pénétrer sur le territoire de l'autre Partie contractante ou de le traverser afin de

¹ Nations Unies, *Recueil des Traités*, vol. 389, p. 277.

retourner à leur navire, d'être transférés sur un autre navire ou bien de voyager pour quelque autre motif que ce soit approuvé au préalable par les autorités compétentes de la Partie d'escale.

2. Dans tous les cas mentionnés au paragraphe 1 du présent article, les pièces d'identité devront porter le visa d'entrée dans le pays dans le territoire duquel leurs porteurs passeront. Le visa en question sera délivré par les autorités compétentes du pays d'accueil dans les meilleurs délais possibles.

3. Quand un membre d'équipage de l'une des Parties contractantes, porteur de pièces d'identité conformes à l'article IX du présent Accord, débarquera dans un port de l'autre Partie contractante pour raison de maladie ou pour d'autres raisons reconnues comme acceptables et valides par les autorités compétentes dudit port, celles-ci devront établir, dans les meilleurs délais possibles, l'autorisation nécessaire pour que le membre d'équipage en question puisse demeurer sur ce territoire durant son hospitalisation, retourner dans son pays d'origine par n'importe quel moyen de transport, ou bien se rendre dans un autre port pour y embarquer sur un autre navire.

Article XII

Chacune des Parties contractantes prêtera une assistance médicale à l'équipage des navires de l'autre Partie contractante, conformément à sa législation.

Article XIII

Nonobstant les dispositions des articles IX, X, XI, et XII du présent Accord, les règlements en vigueur sur le territoire de chaque Partie contractante en ce qui concerne l'entrée, le séjour et la sortie des étrangers seront d'application.

Article XIV

1. Si un navire appartenant à l'une des Parties contractantes fait naufrage, s'échoue ou subit un dommage ou une avarie sur le littoral de l'autre Partie contractante, ce navire et sa cargaison bénéficieront des mêmes garanties de protection que les navires nationaux et leur cargaison. Le commandant, l'équipage et les passagers du navire victime d'une avarie bénéficieront en tout temps de la même assistance, de la même aide et de la même protection que celles assurées aux nationaux du pays dans les eaux territoriales duquel s'est produit l'accident. Aucune disposition du présent Accord ne préjudiciera le dépôt de quelque demande d'indemnisation que ce soit concernant l'aide et l'assistance apportées au navire qui aura subi l'avarie, à son équipage, à ses passagers, à sa cargaison ou à ses équipements.

2. Les navires victimes d'accident, leurs équipements et leur cargaison ne feront l'objet d'aucun droit de douane, impôt ou autre charge de quelque nature habituellement imposés sur les importations, dans la mesure où ils ne seront pas destinés à l'utilisation ou à la consommation sur le territoire de l'autre Partie contractante où s'est produit l'accident.

3. Aucune disposition du paragraphe 2 du présent article ne pourra être interprétée comme dérogeant au respect et à l'application des lois et règlements en vigueur dans les territoires des Parties contractantes en ce qui concerne l'emmagasinage temporaire de marchandises.

Article XV

Les Parties contractantes s'accorderont mutuellement, dans la mesure où cela sera nécessaire par l'entremise de leurs compagnies de navigation et organismes maritimes respectifs, le droit d'établir, sur leur territoire, des bureaux de gestion de leurs intérêts commerciaux maritimes respectifs, dans le respect de la législation du pays d'accueil.

Article XVI

1. Les revenus et bénéfices résultant des transports maritimes effectués par les navires et compagnies de navigation de l'une des Parties contractantes sur le territoire de l'autre seront exonérés de l'impôt sur le revenu et les bénéfices dans le territoire de cette autre Partie.

2. Les Parties contractantes prendront les mesures nécessaires pour la liquidation et le virement rapides des montants résultant du paiement de frets aux armateurs agréés.

Article XVII

1. Les Parties contractantes sont convenues de coopérer pour la solution à l'amiable d'éventuels contentieux qui pourraient surgir entre les personnes physiques ou morales de leur ressort en ce qui concerne la navigation maritime commerciale. Si cela n'était pas possible, ces contentieux seront résolus par arbitrage selon accord entre les Parties. La résolution des contentieux par arbitrage évitera le recours aux tribunaux.

2. Les Parties contractantes garantiront l'exécution de la sentence arbitrale dans la mesure où :

a) La sentence sera en vigueur conformément à la législation du pays où elle aura été prononcée;

b) La sentence ne contreviendra pas à l'ordre public du pays sanctionné.

La sentence arbitrale sera exécutée conformément à la législation du pays sanctionné.

Article XVIII

1. Les autorités compétentes de chacune des Parties contractantes ne prendront pas en considération les différends et contentieux qui pourraient surgir, à bord ou dans un port de son territoire, entre l'armateur, le capitaine, les officiers et les membres d'équipage en ce qui concerne les salaires, objets à usage personnel et, en général, le travail à bord de navires sous pavillon de l'autre Partie contractante.

2. Les autorités compétentes de l'une des Parties contractantes n'interviendront pas à bord d'un navire sous pavillon de l'autre Partie contractante lorsqu'il se trouve dans des ports de son territoire, sauf :

a) A la demande des autorités consulaires, ou avec leur autorisation;

b) S'il y a menace à la sécurité ou à l'ordre public à terre ou dans le port;

c) Quand des personnes étrangères à l'équipage seront mises en cause.

3. Les dispositions du présent article ne préjudicient pas les droits des autorités locales quant à l'application des lois et règlements douaniers, à la protection de la santé publique et aux autres moyens de contrôle et de prévention nécessaires à la

sécurité des navires et des ports, à la sauvegarde des vies humaines en mer, à la protection des marchandises et à l'admission des étrangers sur le territoire.

Article XIX

1. Dans un esprit d'étroite coopération, les Parties contractantes se consulteront périodiquement afin :

a) De débattre des conditions d'application du présent Accord et de les améliorer;

b) D'étudier les problèmes particuliers qui, à leur avis, exigent une attention immédiate;

c) De suggérer et coordonner d'éventuelles modifications du présent Accord.

2. Les Parties contractantes auront le droit de proposer des réunions de consultation entre les autorités maritimes compétentes des deux pays. Ces réunions se tiendront dans un délai maximum de 60 (soixante) jours à partir de la date de la proposition.

3. Aux fins du présent Accord, les autorités maritimes compétentes sont :

— En République fédérative du Brésil, l'Inspection nationale de la marine marchande (SUNAMAM);

— En République populaire de Bulgarie, le Ministère des Transports.

4. Si, en raison d'une modification de la législation de l'une ou l'autre des Parties contractantes, la compétence des autorités maritimes mentionnées au paragraphe 3 du présent article se trouvait modifiée, la désignation de la nouvelle autorité sera communiquée à l'autre Partie contractante par la voie diplomatique.

Article XX

1. Chacune des Parties contractantes fera connaître à l'autre l'accomplissement de ses formalités constitutionnelles nécessaires pour l'approbation du présent Accord, lequel entrera en vigueur à la date de réception de la deuxième de ces notifications.

2. Les modifications apportées au présent Accord entreront en vigueur dans la forme indiquée au paragraphe 1 du présent article.

3. Le présent Accord demeurera en vigueur pour une durée illimitée, à moins que l'une ou l'autre des Parties contractantes ne le dénonce par la voie diplomatique. La dénonciation prendra effet six mois après la date de réception de sa notification.

FAIT à Sofia, le 19 août 1982, en deux exemplaires originaux en langues portugaise, bulgare et anglaise, tous ces textes faisant également foi. En cas de divergence d'interprétation, le texte anglais prévaudra.

Pour le Gouvernement
de la République fédérative du Brésil:

[Signé]

CARLOS ALBERTO PEREIRA PINTO

Pour le Gouvernement
de la République populaire de Bulgarie :

[Signé]

NIKOLAI YOCHEV